

O racismo como elemento das relações sociais de produção: subsídios da articulação marxiana

Vinícius Oliveira Santos¹

Resumo: O trabalho em tela apresenta os principais aspectos das *relações sociais de produção* na obra de Karl Marx, sintetizando e privilegiando as possibilidades teóricas de articulação desta categoria com o racismo. Partimos da hipótese segundo a qual determinadas concepções marxianas indicam caminhos fecundos para a discussão sobre o racismo como elemento constituinte – e não acessório – das relações sociais de produção em determinadas sociedades; ao mesmo tempo em que rompe com o determinismo e o economicismo presentes em autores marcantes marxismo brasileiro.

Palavras-chave: Marx, Karl (1818 – 1883). Racismo. Relações de Produção.

Abstract: This article presents the main aspects of the social relations of production in Karl Marx's theory, synthesizing and privileging the theoretical possibilities of articulating this category with racism. We start from the hypothesis according to which certain Marxian conceptions indicate fertile paths for the discussion about racism as a constituent element – and not an accessory – of the social relations of production in certain societies; at the same time it breaks with the determinism and economism present in striking Brazilian Marxism authors.

Keywords: Marx, Karl (1818 - 1883). Racism. Production Relations.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Temporário da Universidade Federal de Goiás.

Introdução

Nos interstícios da teoria social cujo objeto trata da correlação ou do afastamento entre *marxismo e questão racial*, nenhuma temática tem sido alvo de tantas incompreensões, inconsistências e desatenções quanto os sentidos que se geralmente se atribui à categoria de *produção*, bem como os termos reais de sua importância, seus pressupostos e suas ressonâncias no sistema explicativo marxiano. Aquelas incoerências são agravadas mediante o fato segundo o qual o termo *produção* pode constituir uma abstração imprecisa e carente de sentido caso não se evidencie *as mediações através das quais a produção se produz e se reproduz*². Logo, embora aparente constituir um alvo teórico de fácil alcance, tanto as críticas quanto as tentativas de aplicação da categoria frequentemente incorrem em simplificações.

Imerso nas nebulosidades que orbitam ao redor de certas interpretações da categoria marxiana de *produção*, o panorama teórico geral indica, por um lado, que Marx é amplamente criticado por um pretenso *caráter economicista e determinista da produção* que não permitiria considerar a importância das relações raciais na constituição do capitalismo. Por outro lado, o debate marxista raramente aborda as potencialidades desta categoria em seu sentido amplo e plural, e frequentemente precipita-se em determinismos formais questionáveis. O presente texto representa, antes de tudo, uma necessária negação dessas duas vias.

Com finalidades introdutórias, é imprescindível ter em mente o penoso esforço que Marx empreendeu para resgatar o conceito de produção das generalizações vazias e do simplismo economicista da

² Como demonstra Marx (2011), o conceito de *produção* pode remeter a diversos aspectos da vida natural: a absorção de elementos químicos é a *produção* da planta; os indivíduos promovem a *produção* de seus próprios corpos através da alimentação. Da mesma forma, pode ser utilizado para generalizações vazias que pretendem universalizar relações econômicas não-universais, como foi amplamente perpetrado pela Economia Política clássica.

Economia Política clássica. Ao mesmo tempo, o autor promove uma sustentação filosófica materialista às relações do ser social. O ponto culminante desta empreitada é a qualificação do conceito de produção *na perspectiva das múltiplas relações que se estabelecem socialmente*, ou seja, da pluralidade das *relações sociais de produção*. A grande quantidade de interpretações que esvaziaram o conteúdo deste assunto esconde um rico arcabouço de mediações desenvolvidas por Marx. Ao contrário do que frequentemente é veiculado no meio acadêmico, a essência da sua teoria social transcende as discussões da *produção em sentido econômico estrito*.

A problemática que se coloca aqui pode ser sintetizada da seguinte forma: como as mediações marxianas referentes às relações sociais de produção podem ser articuladas com o fenômeno do racismo? Nossa hipótese central prevê que a noção marxiana de *relações sociais de produção*, em vez de promover a tão mencionada desarticulação entre raça e classe, pode contribuir às perspectivas contemporâneas que tem atuado no sentido de propor uma sólida conciliação entre debate racial e marxismo. Tendo em vista os limites formais deste texto, utilizaremos como recorte a apresentação das mediações da noção de *relações sociais de produção* analisadas por Marx do ponto de vista de relações históricas específicas, e como o racismo pode se articular estruturalmente em tais relações.

Como veremos, o fenômeno do racismo, quando articulado analiticamente como parte integrante das relações sociais de produção, fornece a perspectiva segundo a qual: 1. O racismo não se estabelece apenas nas superestruturas ideológicas ou morais, isto é, não constitui um fenômeno secundário, mero epifenômeno da estrutura econômica da sociedade. 2. O racismo não se apresenta apenas nas características culturais da sociedade, sendo uma relação intrinsecamente estrutural que sustenta materialmente a cultura. 3. O racismo não possui efeitos restritos aos países de passado colonial (dada a ampla divisão internacional do trabalho). Nestes termos, a necessidade de uma concepção marxista estrutural do racismo tem sido profundamente

trabalhada por autores como Almeida (2019). A nosso ver, o presente artigo contribui ao debate por qualificar o “racismo estrutural” como parte necessária – e não acessória – das relações sociais de produção, iluminando aspectos quase invisíveis da contribuição marxiana, dando ao tema uma perspectiva eminentemente marxista.

Para tanto, o texto se estrutura em duas partes: na primeira parte, apresentaremos os tortuosos caminhos de tentativa de articulação entre relações de produção e questões raciais no marxismo brasileiro clássico, bem como os problemas teórico-metodológicos dali decorrentes. Na segunda parte, examinaremos os sentidos originais atribuídos por Marx à categoria produção, salientando as possibilidades teóricas de conceber o racismo como elemento constituinte das relações sociais de produção.

1. Racismo e relações sociais de produção no pensamento marxista brasileiro clássico

O pensamento social brasileiro de fundamentação marxista, em suas várias etapas, buscou articular o escravismo com o arcabouço conceitual marxiano. Embora certas aproximações entre *racismo* e *relações sociais de produção* tenham sido promovidas, consideramos que tais *relações sociais* desempenham funções na teoria social marxiana, que não foram esgotadas pelo pensamento clássico. Além disso, quando a perspectiva de amplitude e de pluralidade das relações sociais de produção se afastou dos sentidos originais atribuídos por Marx, o pensamento social brasileiro de posicionamento marxista se envolveu em sérios problemas teórico-metodológicos relacionados à discussão sobre raça.

A questão aparece desde o trabalho pioneiro de Caio Prado Júnior. A concepção segundo a qual o patriarcalismo escravocrata brasileiro seria uma emanção direta do regime econômico capitalista internacional, um mero epifenômeno no nível cultural, é uma característica marcante da obra *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Deste modo, o escravismo e as questões raciais dele decorrentes não possuiriam correlações profundas com as *relações sociais de produção postas*. A escravidão teria uma influência apenas primária nas relações sociais, não possuindo consequências para além do seu ponto de partida enquanto trabalho fisicamente forçado: “primário no sentido em que não se destacam do terreno puramente material em que se formam; ausência quase completa de superestrutura” (PRADO JÚNIOR, 2011 p. 338). Com isso, a discussão racial é conduzida como elemento inerte, concebido por um arriscado determinismo.

É neste sentido que o esforço de Jacob Gorender na demonstração do sistema escravista brasileiro do ponto de vista de um *modo de produção e formação social* marca uma importante evolução na superação do determinismo colocado por Caio Prado Júnior. A virada metodológica de Gorender (2005) nas quais as *relações sociais de produção* da economia escravista colonial passam a ser entendidas de dentro para fora, isto é, a partir das conexões postas entre relações de produção e forças produtivas na sociedade colonial brasileira, logrou êxito do ponto de vista de uma *superação apenas parcial do determinismo unilateral da categoria produção*.

Em *O Escravismo Colonial*, o autor conceitua as relações sociais de produção sob a forma simples de “relações de produção”, e as apresenta como deduções diretas da categoria modo de produção. (Gorender, 2005, p. 24). Além disso, enxerga a produção apenas do ponto de vista da produção, circulação, distribuição e consumo de bens materiais:

Sob o conceito de modo de produção não se compreende apenas a produção propriamente dita de bens materiais, porém, por igual, sua distribuição, circulação e consumo. O modo de produção constitui uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais, todas elas fases distintas e, ao mesmo tempo, interpenetradas no fluir de um processo único. (GORENDER, 2005, p. 23).

Como veremos à frente, tal noção parece silenciar o que consideramos ser um dos elementos mais fecundos da construção teórico-metodológica marxiana e suas possibilidades de articulação entre racismo e relações sociais de produção: *produção* – assim como os momentos dialéticos postos na distribuição, circulação e consumo – não se refere apenas à produção de coisas úteis, como também pressupõe, antes de tudo, a *produção* de indivíduos sociais, *distribuídos* em determinadas relações sociais desiguais, com suas corporeidades consumidas a partir de critérios socialmente estabelecidos.

Além disso, a noção determinista que o modo de produção exerceria sobre os aspectos individuais e sociais do escravismo brasileiro motivou Gorender a titubear em um pressuposto problemático caro a importantes nomes do pensamento social brasileiro: *a hipótese do escravo-coisa* (Chalhoub, 1990). Segundo esta hipótese, o escravo poderia ser moldado pelos interesses dominantes. Logo, se a classe dos proprietários de escravos os via como “coisas”, “objetos”, ou “animais”, os escravos introjetariam tal noção: “o oprimido pode chegar a ver-se qual o vê seu opressor. O escravo podia assumir como própria e natural sua *condição* de animal possuído.” (GORENDER, 2005, p. 65). Embora Gorender saliente que o *característico* do comportamento e da consciência do escravo seja a negação da condição de coisa e afirmação da pessoa, a auto-coisificação do escravo é apresentado como um *caso-limite, uma excepcionalidade, ou seja, uma possibilidade*.

Apesar de Chalhoub personificar sua crítica às teorias do escravo-coisa nas figuras de Jacob Gorender e Fernando Henrique Cardoso, demonstrando que não se trata de um problema teórico restrito ao marxismo, é possível encontrar esse equívoco em outros importantes nomes do pensamento social brasileiro de fundamentação marxista: é o caso de algumas conclusões presentes em *As Metamorfoses do Escravo*, de Octávio Ianni.³ O autor partilha da perspectiva segundo a qual *a*

³ Aqui, é necessário indicar duas coisas: em primeiro lugar, Chalhoub não pertence ao conjunto dos pesquisadores marxistas. No entanto, a crítica que o autor promove às teorias em questão é fundamental para a compreensão dos temas que pretendemos

posição na produção determina aspectos subjetivos, ideológicos, culturais, familiares etc. do escravo:

Como vimos, a posição social da pessoa determina em sua maior parte a definição que ela faz de si, organizando e dando-lhe a orientação básica das ações, atitudes e emoções. E isto também é verdade para o cativo, que nasce e cresce no interior de uma subcultura, gerada fundamentalmente pela escravização do trabalhador. Nesse sentido, a personalidade-status do escravo é um sistema de ações e expectativas organizadas de conformidade com o sistema de ações e expectativas do senhor, que detém os mecanismos principais do comportamento cativo. Por isso, quando o senhor afirma, num momento de crise de consciência, que, os escravos ‘no cativeiro’ não aprenderam a dirigir-se a si mesmos, ele explicita uma questão crucial do processo de socialização do negro no sistema escravocrata. A singularidade das condições psico-sociais e culturais de elaboração da personalidade do cativo, como se encontram estruturadas na senzala, na ‘família’ negra, em função da força de trabalho alienada em benefício do branco, estão implícitas naquela constatação. (IANNI, 1962, p. 169).

Quando a hipótese do escravo-coisa é extenuada nestes termos, o escravo é silenciado enquanto sujeito histórico. O determinismo em questão, ao não perceber que o racismo é parte das relações sociais de produção, bem como ao utilizar o determinismo para explicar a sujeição imediata do escravo, também pode atribuir como causa das desigualdades raciais os ensejos de cunho psico-sociais, família

abordar no presente artigo, no sentido de indicar novos desenhos concernentes às relações sociais de produção com caráter racializado. Em segundo lugar, identificar algumas conclusões da obra *As Metamorfoses do Escravo* como partidária da teoria do escravo-coisa é uma relação que cabe a nós, somente, uma vez que Chalhoub sequer menciona Ianni em seu livro.

desestruturada, falta de qualificação etc.; deslocando para o negro as causas de sua mobilidade social. Esse é o teor da crítica justa que Lélia Gonzalez (2018, p. 62) explicita ao se referir às explicações que Ianni, Florestan Fernandes e outros que enxergam as desigualdades encontradas pelos negros na sociedade capitalista pós-colonial como características do próprio negro.

Do ponto de vista dos debates elencados neste artigo, é necessário indicar outro aspecto da obra *As Metamorfoses do Escravo*. Ianni indubitavelmente privilegia a noção de *ideologia racial*, um conceito com mediações importantes do ponto de vista de uma teoria marxista das relações raciais. No entanto, o racismo aparece enfatizado na superestrutura, como resultado secundário das relações econômicas: “em outros termos, a seleção da cor como índice de categoria social é um dos resultados do processo histórico-econômico e social de reorganização dos fundamentos materiais da vida.” (IANNI, 1962, p. 266 - 267). O racismo é visto, portanto, como resultado do processo histórico-econômico e social, e não como parte fundamental dele.

Em trabalhos posteriores, a articulação entre *racismo e relações sociais de produção* encontra um tratamento mais elaborado dentro da primorosa trajetória intelectual de Octávio Ianni. Neste sentido, o tratamento teórico-metodológico apresentado em *Escravidão e Racismo*, uma obra seminal que demonstra as geniais habilidades intelectuais e científicas de Ianni, possibilitou a inauguração de um marco no pensamento marxista brasileiro: *a explicitação direta do racismo como parte necessária – e não acessória - da dinâmica das relações sociais de produção*. De acordo com a Ianni: “o preconceito e a discriminação raciais estão sempre inseridos dinamicamente na prática das relações de produção, em sentido lato.” (IANNI, 1978 p. 133).

Se for imprescindível apresentar que *racismo e relações sociais de produção* estão imbricadas socialmente, torna-se igualmente necessário pontuar que as duas categorias também se distinguem do ponto de vista explicativo. Assim, os limites apresentados acima em relação a um momento epistemológico determinista na trajetória de Ianni são

efetivamente compensados com os ricos delineamentos presentes no seminal *Escravidão e Racismo*. A partir de uma vasta análise empírica e teórica, Ianni finalmente imputa ao marxismo brasileiro a possibilidade de articulação interna entre *relações de produção* e *questões raciais*:

Em boa parte, a lógica da discriminação racial guarda alguma congruência com a lógica das relações de produção. E claro que uma e outra não são perfeitamente harmônicas entre si. Mas é inegável que a maioria dos desempregados são membros das raças subalternas; que os membros destas raças, mesmo que empregados, participam em menor escala do produto do trabalho social; que, nas classes médias e dominantes, os membros das raças subalternas são menos visíveis, mais raros ou mesmo totalmente ausentes. (IANNI, 1978, 134.)

Ainda que em tais conclusões Ianni não explicitamente as fundamentações interpretativas das *relações sociais de produção* em termos marxianos, notamos que elas atuam dentro das possibilidades dialéticas postas na teoria social de Marx. Além disso, elas não esgotam os *pressupostos colocados na teoria marxiana das relações de produção que podem e devem ser apreciadas no debate sobre racismo*. Desenvolveremos pormenorizadamente esta hipótese no item seguinte.

2. As possibilidades de articulação entre *racismo* e *relações sociais de produção* na teoria marxiana

Antes de tudo, é preciso afirmar que as *relações sociais* desempenham as mediações centrais da teoria social de Marx. Temos insistido que nisto conflui todos os esforços do autor no interior de suas principais obras científicas. Se, como quer Rubin (1987), a teoria marxiana do valor possui uma importância sociológica, ela se deve ao fato evidente de que as categorias econômicas sempre são expostas na perspectiva das *relações entre pessoas socialmente determinadas*.

Todas as categorias da crítica da economia política marxiana tais como, capital, forças produtivas, instrumentos de produção, modo de produção, maquinaria, grande indústria, salário, dinheiro, mercadoria etc. são referenciadas em *relações sociais específicas* estabelecidas em um tipo de sociedade particular: “todo tipo de relação de produção entre pessoas confere uma ‘virtude social’, uma ‘forma social’ específica, às coisas através das quais as pessoas mantêm relações diretas de produção.” (RUBIN, 1987, p. 34-35).

Se a produção pode ser vista como *produção de coisas*, do ponto de vista marxiano é necessário que as coisas sejam vistas sob o enfoque das relações entre pessoas. Não apenas na direção óbvia, vazia, formal e unilateral de que as relações sociais produzem coisas, como também na verificação de que *as relações sociais produzem, fundamentalmente, indivíduos para a sociedade*. Em outros termos, na análise da produção, o ponto de partida adequado do pensamento marxiano é necessariamente *a produção de indivíduos*: “a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida.” (MARX, 2008, p. 237).

A hipótese de que a produção consiste, antes de tudo, na produção de indivíduos sociais - embora encontre raízes epistemológicas desde os *Manuscritos de Paris* (Marx, 2004, p. 108) - foi defendida diretamente por Marx e Engels desde a *Ideologia Alemã*, e se encontra plenamente desenvolvida em obras posteriores como nos *Grundrisse*, na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, e n’*O Capital*. Em cada um desses esses momentos, Marx está se contrapondo fortemente às teorias de Feuerbach, Proudhon, Rousseau, Smith, Ricardo, Say etc. que não viam os indivíduos como *indivíduos socialmente produzidos*. Tais autores abordam, cada um à sua maneira, um indivíduo trivial, imagético, abstrato, mero resultado da natureza, à parte de um processo histórico determinado; e, ao mesmo tempo, grosseiramente apresentados como ponto de partida da história sem a apresentação de suas características sociais determinadas. (Marx & Engels, 2007; Marx 2008; Marx, 2011).

À primeira vista, pode parecer ao leitor que estamos tentando adequar artificialmente a *teoria marxiana da produção de indivíduos* forçando conclusões dentro do debate sobre o racismo. No entanto, a coerência teórica que circunscreve o pensamento social marxiano indica diretamente que *escravidão*, na configuração mais simples de sua apresentação lógica e histórica, não consiste em relações entre coisas (capital mercantil, dinheiro etc.), nem em relações naturais, mas sim explicitam uma forma específica na produção de indivíduos sociais:

A sociedade não consiste de indivíduos, mas expressa a soma de vínculos, relações em que se encontram esses indivíduos uns com os outros. É como se alguém quisesse dizer: do ponto de vista da sociedade, não existem escravos e cidadãos: ambos são seres humanos. Pelo contrário, são seres humanos fora da sociedade. Ser escravo e ser cidadão são determinações, relações sociais dos seres humanos *A* e *B*. O ser humano *A* enquanto tal não é escravo. É escravo na e pela sociedade. (MARX, 2011, p. 269).

Assim, muito embora Marx tenha demonstrado em outros momentos que *raça* poderia se constituir do ponto de vista de determinações naturais objetivas e subjetivas (Marx, 2008), isto é, referentes a diferenças fenotípicas biologicamente postas; quando se opera a *escravidão*, seja por critérios raciais, étnicos, nacionais etc. *o conteúdo da relação é insuperavelmente social*. Disso decorre que, em primeiro lugar, como a humanidade dos indivíduos não pode ser sobreposta pela *escravidão*, sendo restrita às relações *na e pela sociedade*, não vemos nenhuma possibilidade ontológica do escravo se ver como “animal” ou como “coisa”, refletindo automaticamente o discurso da classe dominante escravocrata como supõem certos marxistas. Mesmo quando colocadas como “caso-limite” ou “excepcionalidade” a hipótese do escravo-coisa é essencialmente não-marxista no sentido de não possuir lastros dialéticos pautados no pensamento de Marx. Em

segundo lugar, não podemos concordar com a interpretação segundo a qual Marx teria generalizado as relações raciais como mediações de caráter natural, e que por tal razão o racismo não constituiria um elemento explicativo vital para a dinâmica do capitalismo dentro do marxismo.⁴

Defendemos a hipótese segundo a qual estes e outros argumentos atribuídos a Marx podem ser refutados através de uma apreciação atenciosa da categoria *relações sociais de produção*. Para tanto, é preciso abandonar os limites compreensivos que se tem imputado equivocadamente à categoria *produção* e tratá-la também do ponto de vista da produção de indivíduos. Que seja reforçado em alto e bom tom que quando Marx aborda a *produção*, existem duas mediações igualmente fundamentais: 1. A produção social que corresponde a determinado momento de desenvolvimento das forças produtivas; 2. A produção de indivíduos sociais: “quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais.” (MARX, 2008, p. 239). Desconhecemos as razões que levaram certos intérpretes e críticos de Marx a enfatizarem o primeiro aspecto, e relegarem o segundo.

Esse avanço teórico metodológico de Marx permitiu a apreensão segundo a qual, historicamente, os processos sociais que transformam os indivíduos em escravos consistem em *relações sociais produtoras de indivíduos* que não se esgotam nas relações econômicas em sentido estrito. Logo, notamos mais um ponto de distanciamento entre Marx e algumas pressuposições do pensamento social brasileiro: *o escravismo nunca pode ser concebido como uma mera emanção da empresa capitalista*

⁴ “Nessa virada operada por Marx, como assinalai, raça e gênero não foram concebidos como fruto das formações sociais, mas permaneceram como questões ligadas à natureza. [...] Como afirmei acima, raça, gênero e religião foram vistos como algo relacionado à natureza e, por isso, não constituíram elementos vitais para se pensar a dinâmica do capitalismo. [...] Se é lícito falarmos em dívidas, incompreensões e reducionismo é à teoria marxista que devemos cobrar a fatura por não ter pensado concomitantemente a instauração das desigualdades e hierarquias em consórcio com o racismo e o sexismo, variantes perpetuamente utilizadas para o triunfo do capital.” (BORGES, s/d, s/p).

colonial. Na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx explicita que o açambarcamento de escravos e de terras, pressupostos óbvios do colonialismo europeu, implica em “relações de dominância e sujeição”, sendo que “o aprovisionamento da riqueza particular exige processos especiais, distintos do simples ato da acumulação, e desenvolve aspectos particulares da individualidade.” (MARX, 2008, 170). A acumulação econômica, embora constitua momento importante do escravismo, não é a única dimensão das relações sociais estabelecidas.

A teoria marxiana menciona diretamente as relações sociais do escravismo sul-americano como *um modo de produção que corresponde à escravidão* (Marx, 2008, p. 255). Aqui, a produção encontrava-se organizada de modo a necessitar do *instrumento direto de produção*, isto é, o próprio escravo, cuja corporeidade era roubada de seus lugares originários. Além disso, Marx também menciona o caráter saqueador das chamadas “conquistas” e “pilhagens” promovidas em sua época pelas nações europeias. O estabelecimento do roubo de escravos somados à cultura da pilhagem demonstra, segundo o autor, que *a produção aparece como fator socialmente determinante*, pois: “para poder saquear, é necessário que exista algo que saquear, isto é, produção. E o próprio gênero de pilhagem é determinado pelo gênero da produção.” (MARX, 2008, p. 255).

Percebe-se, deste modo, que Marx possuía um posicionamento consciente segundo o qual a *escravidão não possui funções primárias carentes de determinações importantes e superestruturais* como acontece na interpretação de Caio Prado Júnior. E ainda, o que está em questão é o fato segundo o qual a combinação entre 1. produção colonizadora, 2. produção colonizada / saqueada, 3. roubo de escravos, 4. escravização de populações locais; *constituíram choques de relações sociais históricas decisivas para as novas relações sociais de produção que seriam então estabelecidas*. Trata-se de uma interpretação dinâmica do colonialismo, com características baseadas em relações sociais em constante movimento, bem como das interações contraditórias entre diferentes sociedades.

Este assunto é abordado diretamente por Marx na sua seminal *Introdução à Crítica da Economia Política*, texto frequentemente recortado e compreendido a partir de frases isoladas. Ali, o autor apresenta a importância de a *produção ser analisada com destaque nas relações de distribuição*, e a *distribuição, por sua vez, mediada como distribuição de indivíduos na sociedade*. Para tanto, da mesma forma que os procedimentos analíticos marxianos superaram a noção de que produção seria apenas produção de produtos, seria urgente superar a superficialidade de considerar a distribuição como distribuição desses produtos (mercadorias, dinheiro, salário, capital etc.) e pensa-la também sob o enfoque da *distribuição de indivíduos na sociedade*:

da maneira mais superficial, a distribuição apresenta-se como distribuição dos produtos e como se estivesse muito afastada da produção e quase independente em relação a ela. Porém, antes de ser distribuição de produtos é: 1º - a distribuição dos instrumentos de produção; 2º - o que é uma nova determinação da mesma relação - a *distribuição dos membros da sociedade nos diferentes gêneros de produção (subordinação dos indivíduos sob relações determinadas de produção)*. A distribuição dos produtos é manifestamente um resultado dessa distribuição que se encontra incluída no próprio processo de produção e determina a organização da produção. Considerar a produção deixando de lado essa distribuição que encerra é, evidentemente, abstração vazia [...] (MARX, 2008, p. 253, destaques nossos).

Este postulado que patenteia a *distribuição de indivíduos e instrumentos de produção* como fatores pertencentes às *relações sociais de produção* permitiu que Marx tivesse uma interpretação muito própria e aguçada do escravismo, mesmo quando comparado a autores mais recentes do pensamento social. Segundo Marx, este sentido distributivo das relações sociais ocorreria, por exemplo, *quando um povo colonizador reparte a propriedade territorial da nova colônia a partir de*

uma forma determinada de propriedade territorial, convertendo a população local em trabalhadores escravizados (Marx, 2008, p. 253).

Logo, podemos inferir que o caráter das relações racistas no Brasil patenteadas em: 1. Roubo da corporeidade do escravo e a sua atribuição como um instrumento direto de produção; 2. Saques e pilhagem; 3. Expropriação fundiária e repartição da propriedade territorial entre setores colonizadores; 4. A distribuição forçada de indivíduos nos ramos da produção escravocrata; deve ser analisada do ponto de vista das *relações sociais de produção*, isto é, como elementos necessários da infraestrutura daquela sociedade.

Outro aspecto fundamental das relações de produção é a produção tomada na perspectiva da *circulação*. O pensamento social brasileiro enfatizou sobre muitos pontos de vista que a *circulação de indivíduos escravizados* sob os moldes do tráfico negreiro constituía relação necessária no modo de produção escravista no Brasil (Fernandes, 2008; Moura, 1988).⁵ O que está posto é que a *circulação de indivíduos socialmente determinados* são tão importantes quanto a circulação de mercadorias em geral. Portanto, não pretendemos nos alongar neste aspecto.

De outra sorte são as relações de *consumo* e suas correspondências íntimas com a produção, tema relegado por muitos marxistas nas análises dos modos de produção. Sobre esse assunto, a teoria marxiana também enfatiza postulados interessantes. Da mesma forma que a produção, a distribuição, e a circulação, o consumo é teorizado por Marx para além do consumo de produtos oriundos do trabalho.

⁵ Clóvis Moura, por um lado, é um crítico ferrenho da hipótese do escravo-coisa. Por outro lado, o autor compreende certas relações entre senhores e escravos como fenômeno determinado pelas relações sociais de produção, e não como elemento interno destas relações: “O que não se pode negar (ao concordar com isto) é que, de fato, as relações de produção determinam, no fundamental, as relações de trabalho e propriedade, as relações sociais básicas entre as classes, grupos e indivíduos, isto é, no caso em questão, as relações entre senhores e escravos.” (MOURA, 1988b, p. 194). Aqui, salientamos a necessidade de analisar tais conexões como fenômenos internos às relações sociais de produção – e não externos.

Certos modos de produção historicamente determinados possuem a capacidade de *consumir indivíduos reais*, deteriorando as características vitais da força de trabalho humana.

A interligação concreta entre modo de produção escravista e modo de produção capitalista sintetizou relações sociais altamente destrutivas e consumptivas da corporeidade dos indivíduos escravizados. Marx (2013) demonstra que enquanto a produção escravista se voltava para as necessidades imediatas locais, e a disponibilidade de força de trabalho escrava operava dentro de limites restritos, havia certas garantias de preservação da vida do escravo patenteadas pelo interesse senhorial nesta conservação. No entanto, quando o mercado de escravos se aperfeiçoa, e a produção escravista passa a compor o mercado mundial de mercadorias, *o escravo se torna um produtor direto de mais-valor*:

Assim que os povos, cuja produção ainda se move nas formas inferiores do trabalho escravo, da corveia etc., são arrastados pela produção capitalista e pelo mercado mundial, que faz da venda de seus produtos no exterior o seu principal interesse, os horrores bárbaros da escravidão, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho. Isso explica por que o trabalho dos negros nos estados sulistas da União Americana conservou certo caráter patriarcal, enquanto a produção ainda se voltava sobretudo às necessidades locais imediatas. Mas à medida que a exportação de algodão tornou-se o interesse vital daqueles estados, o sobretrabalho dos negros, e, por vezes, *o consumo de suas vidas em sete anos de trabalho, converteu-se em fator de um sistema calculado e calculista. O objetivo já não era extrair deles uma certa quantidade de produtos úteis. O que importava, agora, era a produção do próprio mais-valor.* (MARX, 2013, P. 310, destaques nossos).

Nesta forma híbrida de produção do mais-valor a partir do trabalho escravo, o consumo da vida dos escravos se perpetuou com intensa velocidade. A vida do escravo não constituía um valor mercantil a ser preservado, mas sim exaurido, consumido, e explorado da forma mais rápida e intensa até o último segundo vital. O modo de produção capitalista perpetua, assim, uma influência de grande envergadura no modo de produção escravista colonial: imputa à vida do escravo uma existência ainda mais descartável, ao mesmo tempo em que transforma o escravo em sujeito da produção de mais-valor.

Essa relação consumptiva de indivíduos no interior das relações sociais de produção consiste na destruição direta da força de trabalho através de meios intensos de exploração e dominação. Embora mediado por outras relações políticas, o caráter consumptivo da produção sobre os indivíduos sociais também foi constatado no contexto europeu da força de trabalho branca em padarias e olarias da Inglaterra e Alemanha (Marx, 2013, p. 362). Tal evidência histórica reforça a ideia indicadora da negação do etapismo nas transições entre os diferentes modos de produção. Em outros termos, várias relações sociais presentes no escravismo podem persistir no modo de produção capitalista:

Como, além disso, a sociedade burguesa não é em si mais do que uma forma antagônica do desenvolvimento, certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas completamente esmaecidas, ou mesmo disfarçadas. (MARX, 2008, p. 264).

Com isso, podemos extrair outras contribuições marxianas concernentes à íntima conexão entre racismo e relação entre relações sociais de produção: em primeiro lugar, dadas as complexidades postas nas relações sociais de produção, quando o modo de produção capitalista se amadurece em uma sociedade de passado colonial recente é possível e provável que várias relações racistas existentes no modo de produção anterior se encontrem disfarçadas, sob outras roupagens,

na nova sociedade instituída. Em segundo lugar, como quer Marx nos *Grundrisse*, o capitalismo não é completamente estranho às formas de trabalho escravo, uma vez que elas persistem em pontos diluídos do modo de produção capitalista (Marx, 2011). Em terceiro lugar, a sociedade capitalista pode herdar relações sociais provenientes de mecanismos jurídicos conservadores (presentes nos de modos de produção anteriores) na perpetuação de desigualdades raciais. Um exemplo clássico são os efeitos da lei de terras no Brasil que, ao excluir a possibilidade de acesso à propriedade territorial em mãos negras, gerou imensas desigualdades raciais. Marx também possui indicações neste sentido, ao afirmar que: “as leis podem perpetuar um instrumento de produção, a terra, por exemplo, em certas famílias. Essas leis adquirem uma importância econômica unicamente onde a grande propriedade territorial se encontra em harmonia com a produção social.” (MARX, 2008, p. 255, 256).

A categoria marxiana de *relações sociais de produção* – quando entendida em seu sentido amplo, plural, e aprofundado – explicita as relações entre indivíduos reais, socialmente determinados, e frequentemente escondidos por trás da aparente relação entre coisas. A produção é adotada mediante uma profunda correlação com as categorias de *distribuição, circulação e consumo*. Produção, distribuição, circulação e consumo são teorizados como “diferentes momentos em sua unidade” (MARX, 2008, p. 245). Como vimos, ambos os momentos concorrem para a formação das *relações sociais de produção*.

A partir destas considerações, o rico rol de relações sociais que compõem as relações de produção deve ser articulado com o racismo, seja na apreciação do modo de produção escravista, na análise do modo de produção capitalista, ou nas intersecções entre um e outro que podem permanecer ao longo do processo histórico. Dados os limites restritos deste artigo, pretendemos expor as pistas marxianas que municiam o debate sobre racismo na perspectiva das relações sociais de produção capitalistas, bem como as perspectivas dialéticas da categoria raça para além do racismo, em um momento posterior. A

afirmação de Marx segundo a qual o escravismo negro pode ser visto na perspectiva de um *escravismo industrial* (Marx, 2011), – e *industrial*, como sabemos, se refere à abordagem das relações específicas do modo capitalista de produção (Marx, 2014) – alicerçam a urgência e a importância na apreciação deste debate.

Logo, insistimos na necessária consideração da conexão interna entre *racismo, relações sociais de produção capitalistas e movimento histórico*, no sentido de captar as particularidades desenvolvidas em cada caso. A nosso ver, a teoria marxiana opera com essa possibilidade. Ainda que as pressuposições marxianas não esgotem a complexidade do assunto, ela se mostra como um fundamento teórico-metodológico de excelente qualidade por lidar diretamente com a *produção* de indivíduos sociais, *distribuídos* em determinadas relações sociais desiguais, com suas corporeidades consumidas a partir de critérios socialmente estabelecidos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

BORGES, Rosane. O racismo é um dínamo do capitalismo. [Entrevista concedida a] Fábila Prates. *Goethe-Institut*. s/d. Disponível em: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/m/kul/fok/hum/21249390.html>. Acesso em: 30 jun. 2021

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. I: o legado da raça branca. São Paulo: Globo, 2008.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 2005.

- IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: DIFEL, 1962.
- IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 2: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- RUBIN, Isaak. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.
- STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988b.